



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.070-946, inscrito na Receita Federal do Brasil no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários oriundos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei nº 8.213 de 24/07/1991 e do art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, assim como os benefícios de caráter assistencial, comumente chamados de Benefícios de Prestação Continuada – BPC, instituídos pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e regulamentados por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

No exercício de 2014 houve a cisão das atividades relacionadas com a prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial, ocasião em que os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo Geral de Previdência Social – FRGPS e, pelo INSS, os benefícios assistenciais, Encargos Previdenciários da União – EPU, assim como as despesas com custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Dessa forma, a contabilização dos benefícios previdenciários passou a ser efetuada no Órgão 37904 – FRGPS.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Por sua vez, os Benefícios de Prestação Continuada – BPC de caráter assistencial, juntamente com a manutenção da máquina administrativa, continuaram a ser registrados no Órgão 37202 – INSS, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Relação das despesas com EPU e LOAS.

R\$

Origem Orçamentária	Natureza Despesa Detalhada	2016	2015
EPU	Complementação de Aposentadoria - Pessoal Civil	621.583.874,85	505.910.680,06
	Complementação de Pensões - Pessoal Civil	560.262.372,54	458.893.811,24
	Pensões Vitalícias de Seringueiros	230.012.176,79	218.046.763,07
	Pensões de Vítimas de Hanseníase	105.391.150,26	101.103.912,07
	Pensões de Anistiados Políticos	90.741.169,46	84.731.633,80
	Pensões da Síndrome de Talidomida	32.354.315,62	27.272.697,94
	Pensões Graciosas/Indenizações - Leis Específicas	1.579.671,81	1.298.390,80
	13º Salários - Pensão Civil - Encargos Previdenciários da União - EPU	1.097.633,11	1.465.924,27
	Pensões das Vítimas da Hemodiálise de Caruaru	580.859,07	537.148,29
	13º Salário Pessoal Civil- Encargos Previdenciários da União - EPU	30.871,53	44.539,44
	Salário-Família Inativo Civil	357,00	375,90
EPU Total		1.643.634.452,04	1.399.305.876,88
LOAS	Benefícios ao Deficiente	25.620.615.375,85	22.040.853.087,24
	Benefício ao Idoso	20.786.794.822,40	18.156.417.466,10
	Renda Mensal Vitalícia - Invalidez	1.305.714.454,02	1.293.188.407,46
	Renda Mensal Vitalícia - Idade	253.213.313,75	303.008.925,22
LOAS Total		47.966.337.966,02	41.793.467.886,02
TOTAL GERAL		49.609.972.418,06	43.192.773.762,90

Fonte: SIAFI, 2015/2016.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Nos termos do art. 201 da CF/1988, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, buscando atender a cobertura de eventos relacionados com doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade, especialmente à gestante; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; o salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda, como também, a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e seus dependentes.

Os benefícios assistenciais estão disciplinados no art. 203 da CF/1988, o qual estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Os EPU são gastos destinados ao pagamento de proventos com aposentadorias e pensões decorrentes de leis específicas, conforme discriminado na tabela 01.

Os recursos financeiros para pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Ministério da Previdência Social, Órgão 33.000 e do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Órgão 42.000 e recebidos pelo INSS, Órgão 37202, por meio de sua Setorial Financeira. No entanto, as fontes que são de uso exclusivo do FRGPS são repassadas para a Setorial Financeira do Órgão 37202 e Setorial Financeira do Órgão 37904.

A Tabela 2 demonstra os valores recebidos pelo INSS por repasse no exercício de 2016.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Tabela 2 – Relação de fontes para pagamento de benefícios previdenciários.

R\$

Tipo de Fonte	Fonte	Fonte Recursos	37202
Fonte Exclusiva para Pagamento de Benefícios Previdenciários	29	Recursos de Concessões e Permissões	2.286.692.832,00
	44	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	45.056.458.231,81
	53	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	31.249.734.879,00
	54	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	323.120.140.668,75
	88	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	18.673.642.555,00
Não é Fonte Exclusiva para Pagamento de Benefícios Previdenciários	00	Recursos Ordinários	66.612.879.122,46
	18	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	524.102.741,57
	51	Contr. Social s/o Lucro das Pessoas Jurídicas	8.318.560.984,44
	56	Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	642.821.724,18
	69	Contribuição Patronal p/ Plano de Seguridade Soc. Serv.	927.272.875,30
TOTAL			497.412.306.614,51

Fonte: SIAFI, 2016.

A estrutura organizacional do INSS é constituída pela Direção Central, 05 (cinco) Superintendências Regionais, 104 (cento e quatro) Gerências Executivas e 1.653(mil seiscentos e cinquenta e três) Agências de Previdência Social - APS¹. A concessão e manutenção dos benefícios previdenciários e assistenciais ocorrem nas APS. Para isso, o INSS conta em sua estrutura com um conjunto de bens móveis e imóveis para atendimento de sua clientela, bem como direitos que garantem a manutenção desses serviços.

A Tabela 3 relaciona os principais grupos de contas do ativo, em que se pode observar a relevância dos subgrupos Imobilizado, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, que correspondem a 56,76% e 23,55% do ativo total, respectivamente.

¹ Fonte: Portal INSS, base de dados da TB0700, em 25.4.2017.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Tabela 3 – Resumo dos principais Grupos e Subgrupos do Ativo.

R\$

Grupo	Subgrupo	Total	%
Ativo Circulante	Caixa e Equivalente de Caixa	911.607.506,25	18,29
	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.173.889.424,20	23,55
	Estoques	30.456.375,85	0,61
	Varição Patrimonial Diminutiva PG Antecipada	31.759,48	0,00
Total do Ativo Circulante		2.115.985.065,78	42,45
Ativo Não Circulante	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.226.864,06	0,57
	Imobilizado	2.829.147.990,38	56,76
	Investimentos	10.934.553,13	0,22
Total do Ativo Não Circulante		2.868.309.407,57	57,55
ATIVO TOTAL		4.984.294.473,35	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

Dentre as contas que compõem o subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo do INSS, merecem destaque os direitos relacionados com créditos por danos ao patrimônio, formado basicamente por pagamentos indevidos de benefícios previdenciários, recebimento de valores por terceiros relacionados com dolo, má-fé ou fraude, erros administrativos, fraude, entre outros.

O Imobilizado é constituído basicamente por bens móveis e imóveis de uso especial que são utilizados para a prestação de serviços junto à sociedade.

As obrigações do INSS são compostas por débitos junto a fornecedores e prestadores de serviços, obrigações trabalhistas e fiscais, como também débitos decorrentes de empréstimos e financiamentos.

A Tabela 4 relaciona os grupos de contas que compõe o passivo.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Tabela 4 – Resumo dos principais Grupos e Subgrupos do Passivo e Patrimônio Líquido.

R\$

Grupo	Subgrupo	Total	%
Passivo Circulante	Demais Obrigações a Curto Prazo	80.139.303,30	1,61
	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	284.239.685,14	5,70
	Obrig. Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar-CP	960.795.273,70	19,28
	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	311.545,78	0,00
Total do Passivo Circulante		1.325.485.807,92	26,60
Passivo Não Circulante	Demais Obrigações a Longo Prazo	691.852,70	0,01
	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	43.748.494.739,38	877,73
Total do Passivo Não Circulante		43.749.186.592,08	877,74
Patrimônio Líquido	Demais Reservas	90,10	0,00
	Resultados Acumulados	(40.090.378.016,75)	(804,33)
Total do Patrimônio Líquido		(40.090.377.926,65)	(804,33)
PASSIVO TOTAL		4.984.294.473,35	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

Os subgrupos de contas do passivo, que se destacam por sua relevância, são as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar, pertencentes ao grupo Passivo Circulante, que correspondem a 19,28% do Passivo Total, e os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, pertencentes ao grupo Passivo Não Circulante, equivalentes a 877,74% do Passivo Total.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS obedecem aos ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública – NBCT SP, a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, bem como da Lei Complementar nº 101/2000.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Exercício Financeiro 2016

O Balanço Orçamentário - BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas².

O Balanço Financeiro - BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte³.

O Balanço Patrimonial - BP é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual⁴.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Esse item contempla numerários advindos de contribuições previdenciárias e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados na Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A conta Caixa e Equivalentes de caixa são compostas pelas transferências de recursos originados de receitas de contribuições e de alienação de bens imóveis, arrecadados pelo INSS, cuja destinação é para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

² MCASP: MANUAL DE CONTABILIDADE Aplicada ao Setor Público. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 6ª. Ed.; 2014.

³ Idem.

⁴ Idem.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

(b) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrente de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo apurados em Tomada de Contas Especial – TCE, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituível e valores compensáveis, tais como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e o registro de ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescidos dos gastos necessários para colocarem em condições de uso. Os principais itens que compõe a conta de estoque são com almoxarifado e materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Nesse grupo de contas são registradas as contas de despesas pagas antecipadamente e que contribuem para prestação de benefícios por mais de um período. São avaliados pelo custo e composto por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD Financeiras pagas antecipadamente.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Créditos a longo prazo compreendem os direitos a receber a longo prazo, relacionados com Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial, Créditos a Recuperar e Títulos a Receber.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

(f) Imobilizado

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.

(g) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo

Compreendem obrigações registradas pelo custo decorrentes despesas com benefícios assistências e previdências, encargos sociais e despesas com pessoal.

(h) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

São registradas as obrigações com fornecedores de bens e serviços adquiridos no país o no exterior.

(i) Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Correspondem as obrigações fiscais com Municípios, Estados e com a União.

3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 01 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores de Curto Prazo são compostos pelos Adiantamentos Concedidos, Créditos por Dano ao Patrimônio, Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados e Outros Créditos a Receber de Valores de Curto Prazo. É reconhecido inicialmente com base no valor original.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Em 31/12/2016, o INSS apresentou um saldo de R\$ 1,173 bilhão, referente a Créditos e Valores de Curto Prazo.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Demais Créditos e Valores de Curto Prazo para os exercícios de 2015 e 2016.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.

R\$

	31/12/2016	31/12/2015	AH%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo			
Adiantamentos Concedidos	112.786.131,73	145.185.896,36	(22)
Créditos por Dano ao Patrimônio	732.876.676,55	904.502.006,13	(19)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.087.755,09	9.300.379,01	(2)
Outros Créditos a Receber e valores de curto prazo	330.625.947,23	379.189.695,70	(13)
Ajuste para Perdas - Subgrupo 113	(11.487.086,40)	(7.759.012,68)	48
TOTAL	1.173.889.424,20	1.430.418.964,52	(18)

Fonte: SIAFI, 2015/2016.

Merece destaque os Créditos por Danos ao Patrimônio, cujo saldo em 31/12/2016, totalizou R\$ 732 milhões, distribuídos em dois Subgrupos, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 6 – Créditos por Dano ao Patrimônio – Composição.

R\$

	31/12/2016	31/12/2015	AH(%)
Crédito por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo	522.121.207,86	697.842.084,79	(25)
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em TCE	210.666.800,22	206.659.921,34	2
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em Processo Judicial	88.668,47	-	100
TOTAL	732.876.676,55	904.502.006,13	(19)

Fonte: SIAFI, 2015/2016.

Dos Créditos por Dano ao Patrimônio no INSS, 71% refere-se aos Créditos por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo, composto, em grande parte, pelos Pagamentos Indevidos de Benefícios – Pós Óbito.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

A variação negativa de 25% da rubrica Crédito por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo, entre 2015 e 2016, é explicada em virtude da transferência dos créditos de caráter previdenciário para o FRGPS.

Nota 02 – Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2016, o INSS apresentou um saldo de R\$ 2,829 bilhões relacionados ao Imobilizado.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado para os exercícios de 2015 e 2016.

Tabela 7 – Imobilizado – Composição.

	31/12/2016	31/12/2015	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	507.059.964,62	503.334.953,94	1
(-) Depreciação/Amort/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(258.575.172,54)	(211.945.864,53)	22
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	2.580.674.502,27	2.513.315.174,47	3
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL	2.829.159.294,35	2.804.704.263,88	1

Fonte: SIAFI, 2015/2016.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Vale ressaltar que a variação positiva de 22% na depreciação decorre da aquisição de novos bens móveis pelas unidades do INSS ao longo do exercício de 2016.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do INSS, em 31/12/2016, totalizou R\$ 507 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 8 – Bens Móveis – Composição.

	R\$		
	31/12/2016	31/12/2015	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	41.524.649,36	40.876.798,13	2
Bens de Informática	208.391.505,20	210.990.607,95	(1)
Móveis e Utensílios	204.058.322,99	199.477.101,20	2
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.343.564,80	12.032.864,70	11
Veículos	17.695.182,03	17.799.322,48	(1)
Armamentos	7.800,00	8.100,00	(4)
Demais Bens Móveis	22.038.940,24	22.150.159,48	(1)
TOTAL	507.059.964,62	503.334.953,94	1

Fonte: SIAFI, 2015/2016.

Dos Bens Móveis registrados no INSS, 81% referem-se a Bens de Informática e Móveis e Utensílios, que são compostos por Equipamentos de Processamento de Dados e Mobiliários em Geral, respectivamente.

Bens Imóveis

Os bens de uso especial do INSS são aqueles destinados a uma finalidade específica, ou seja, bens imóveis de propriedade do Instituto considerados necessários, ainda que futuramente, e vinculados às suas atividades operacionais.

Os imóveis de uso especial são classificados em operacionais, funcionais e em reserva técnica. Consideram-se operacionais os imóveis destinados às atividades institucionais do INSS, tais como Agências da Previdência Social, sede das Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central. Já os funcionais são imóveis residenciais, localizados no Distrito Federal, destinados à ocupação por servidores ou dirigentes



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

do INSS ou do Ministério da Previdência Social (art. 3º da Resolução nº 265/PRES/INSS, de 14 de janeiro de 2013), e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais. Por fim, os de Reserva técnica são imóveis destinados à ocupação futura por qualquer unidade do Instituto.

Os Bens Imóveis do INSS em 31/12/2016 totalizavam R\$ 2,580 bilhões e estão contabilizados em grande parte no Subgrupo de Bens de Uso Especiais não Registrados no SPIUNET.

Tabela 9 – Variação Percentual de Bens Imóveis.

R\$

	31/12/2016	31/12/2015	AH(%)
Bens de Uso Especiais não Registrados no SPIUNET	2.353.593.777,09	2.215.492.486,00	6
TOTAL	2.353.593.777,09	2.215.492.486,00	

Fonte: SIAFI, 2015/2016.

A variação apresentada de 6% entre 2015 e 2016 encontra-se dentro do esperado. Isso se justifica pelas transferências, durante o ano de 2016, de imóveis do FRGPS para o INSS.

Tabela 10 - Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição.

R\$

	2016
Imóveis Residenciais / Comerciais	292.188.891,42
Edifícios	1.937.700.408,66
Terrenos/Glebas	60.296.254,91
Armazéns/Galpões/Silos	10.666.944,33
Estacionamentos e Garagens	1.142.241,48
Lojas	26.314.390,85
Salas e Escritórios	25.284.645,44
TOTAL	2.353.593.777,09

Fonte: SIAFI, 2016.

Depreende-se da tabela acima, que do total de Imóveis, 60% são Edifícios, os quais são utilizados pelo INSS para o desempenho de suas atividades administrativas.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Depreciação

Os procedimentos para registro da Depreciação de Bens Móveis no INSS tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN.

Nota 03 – Passivo Circulante

Em 31/12/2016, o INSS apresentava um saldo em aberto de R\$ 1.325.485.817,92, relativo ao grupo Passivo Circulante, conforme tabela a seguir com demonstração em subgrupo.

Tabela 11 – Passivo Circulante – Composição do INSS.

		R\$		
Grupo	Subgrupo	2016	2015	AH%
PASSIVO CIRCULANTE	Obrig. Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar-CP	960.795.273,70	1.581.606.812,53	(39,25)
	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	284.239.685,14	656.382.445,20	(56,70)
	Obrigações Fiscais à Curto Prazo	311.545,78	280.411,13	11,10
	Demais Obrigações à Curto Prazo	80.139.303,30	117.116.426,63	(31,57)
TOTAL		1.325.485.807,92	2.355.386.095,49	(43,73)

Fonte: SIAFI, 2015/2016.

Subgrupo: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo

Esse subgrupo corresponde à parte de Obrigações Trabalhistas, Benefícios Previdenciários e Assistenciais, no valor total de R\$ 960.795.273,70, sendo o valor segregado em Indicador de Superávit Financeiro - ISF F (Financeiro) e P (Permanente). Indicador utilizado para cálculo do superávit financeiro, que corresponde à diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro, dados incluídos no Balanço Patrimonial do órgão, de acordo com a Lei 4.320/64.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Dessa forma, os saldos das contas com ISF P não entra na base de cálculo do superávit financeiro, pois essa despesa ainda não foi empenhada.

O saldo com ISF P (Permanente) nas contas de natureza patrimonial começou a ser registrado a partir de janeiro de 2015 com a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e a publicação da 6ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, por meio do qual foram promovidas alterações significativas nos procedimentos de contabilização das contas públicas, visando a padronização ao modelo Internacional de Contabilidade.

Portanto, em obediência ao regime de competência as obrigações começaram a ser reconhecidas no momento do fato gerador independente de disponibilidade orçamentária.

A seguir tabelas com os totais dos desmembramentos do subgrupo:

Tabela 12 – Obrigações Trabalhistas – Composição.

R\$

	ISF	Total
Salários, Remunerações e Benefícios.	F	3.506.904,20
Decimo Terceiro Salario a Pagar	P	57.373.791,22
TOTAL		60.880.695,42

Fonte: SIAFI, 2016.

Valor de R\$ 3.506.904,20 com Indicador de Superávit Financeiro - ISF F significa que a despesa já passou pelo primeiro estágio da despesa, o empenho; e o valor de R\$ 57.373.791,22 registra o passivo efetuado na conta 21.111.01.02 - Décimo Terceiro Salário a Pagar com ISF P apropriadas na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento do órgão.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Tabela 13 – Benefícios Previdenciários Composição.

R\$

	ISF	Total
Benefícios Previdenciários	F	16.700.783,05
Benefícios Previdenciários	P	52.798,79
Total		16.753.581,84

Fonte: SIAFI, 2016.

Sendo o valor de R\$ 16.700.783,05 com ISF F, ou seja, com emissão de empenho e o valor de R\$ 52.798,79 registrado por insuficiência orçamentária.

Tabela 14 – Benefícios Assistenciais Composição.

R\$

	ISF	Total
Benefícios Assistenciais	F	620.459.793,55
Benefícios Assistenciais	P	262.699.474,07
TOTAL		16.753.581,84

Fonte: SIAFI, 2016.

O valor com o ISF F refere-se ao somatório da rubrica de Benefícios Assistenciais acrescentado pelo valor de R\$ 1.169,95 de encargos sociais a pagar- intra – PSSS-Contrib. s/Vencimentos e Vant., e o valor com o ISF P refere-se ao registro de insuficiência orçamentária efetuado pela UG 510001/57202 de Benefícios Assistenciais - LOAS BPC/RMV.

Subgrupo: Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

No Órgão 37202 - Instituto Nacional do Seguro Social, em 2016 apresentava saldo em aberto de R\$ 284.239.685,14 relacionado ao subgrupo de Contas a Pagar Credores Nacionais, na tabela abaixo apresenta o valor segregado em Indicador de Superávit Financeiro: F e P.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Tabela 15 – Contas a Pagar Credores Nacionais – Composição.

R\$

	Total
Contas a Pagar Credores Nacionais (ISF F)	30.276.089,20
Contas a Pagar Credores Nacionais (ISF P)	253.963.595,94
TOTAL	284.239.685,14

Fonte: SIAFI, 2016.

O saldo de R\$ 30.276.089,20 nas Contas a Pagar Credores Nacionais com ISF F indica que a despesa já foi empenhada e o saldo com insuficiência orçamentária com ISF P em 2016 foi de R\$ 253.963.595,94.

As tabelas a seguir apresentam os cinco principais fornecedores do órgão 37202 – Instituto Nacional do Seguro Social, segregados em ISF F e P.

Tabela 16 – Fornecedores com ISF F.

R\$

Fornecedores		ISF	Total
00360305000104	Caixa Econômica Federal	F	3.592.807,17
18284407000153	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção	F	6.154.703,30
01077145000153	Datamétrica Contact Center Ltda	F	1.765.226,85
01077145000587	Datamétrica Contact Center Ltda	F	1.024.164,62
01159435000146	Provider Soluções Tecnológicas Ltda (em recuperação jud)	F	2.229.338,29
TOTAL			14.766.240,23

Fonte: SIAFI, 2016.

Corresponde a fornecedores que passaram da primeira fase da despesa, com emissão de empenho.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Tabela 17 – Fornecedores com ISF P.

R\$

Fornecedores		ISF	Total
92702067000196	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A	P	1.522.124,11
07237373000120	Banco do Nordeste do Brasil S.A	P	2.323.088,57
58160789000128	Banco Safra S.A	P	5.195.215,25
42422253000101	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social	P	235.442.146,24
33700394000140	Unibanco-União de Bancos Brasileiros S.A	P	1.044.336,32
TOTAL			245.526.910,49

Fonte: SIAFI, 2016.

Registros efetuados em atendimento ao regime de competência, na ocorrência do fato gerador, sem suporte orçamentário em 2016.

Subgrupo: Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Corresponde a Recursos Fiscais - DARF a Emitir no valor de R\$ 270.848,94 com ISF F; Recursos Fiscais Estaduais no valor de R\$ 174,52 com ISF F e Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios no valor de R\$ 2.350,90 com ISF F e o valor de R\$ 38.211,42, com ISF P, registro do passivo efetuado pela UG 512006/57202, no valor total de R\$ 40.522,32, totalizando o montante do subgrupo de R\$ 311.545,78.

Subgrupo: Demais Obrigações a Curto Prazo

Em 31/12/2016, o INSS apresentava um saldo em aberto de R\$ 80.139.303,30 do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo. Na tabela abaixo consta o valores subdividido em ISF F e P:



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Tabela 18 – Principais contas do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo.

R\$

Conta Contábil	ISF Lançamento	Total
INSS	F	948.048,90
Impostos e contrib. diversos devidos	F	1.469.231,27
ISS	F	476.907,62
Retenções - empréstimos e financ.	F	1.834.069,94
Depósitos retidos de fornecedores	F	861.399,85
Depósitos recebidos por determinação	F	2.178.795,69
Depósitos e cauções recebidos	F	3.607.940,19
Depósitos de terceiros	F	8.648.225,81
Indenizações, restituições e comp.	P	17.324.710,46
GRU-valores em trânsito para est.	F	41.999.728,45
TOTAL		79.349.058,18

Fonte: SIAFI, 2016.

Os valores mais expressivos constam da conta de Indenizações, Restituições e Compensação no valor parcial de R\$ 17.072.879,54 com ISF P refere-se a registro por insuficiência orçamentária pela UG 512001/57202 a Empresa GEAP Autogestão em Saúde; e a conta de GRU-Valores em Transito para Estorno Despesa ISF F é relativo a saldo de devolução de despesa de Benefícios Previdenciários e Assistenciais em que o acerto de contas do SISPAGBEN dos últimos meses do ano não chega a tempo hábil para a regularização antes do encerramento do exercício financeiro.

Nota 04 – Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante é composto pelos Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo e Demais Obrigações de Longo Prazo. É mensurado ou avaliado com base no valor original.

Em 31/12/2016, o INSS apresentou um saldo de R\$ 43,749 bilhões de Passivo Não Circulante.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Passivo Não Circulante para os exercícios de 2015 e 2016.

Tabela 19 – Passivo Não Circulante – Composição.

R\$

	31/12/2016	31/12/2015	AH%
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	43.748.494.739,38	38.361.279.735,85	14
Fornecedores a Longo Prazo	-	3.818,73	(100)
Demais Obrigações a Longo Prazo	691.852,70	678.839,59	2
TOTAL	43.749.186.592,08	38.361.962.394,17	14

Fonte: SIAFI, 2015/2016.

Do Saldo Contábil no Subgrupo Passivo Não Circulante de 2016, 99% é decorrente do Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução, que entre si celebram a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999, destinado a financiar o déficit financeiro do INSS.

Pela relevância, a variação positiva de 14% nos Empréstimos e Financiamento de Longo Prazo, entre os anos de 2015 e 2016, foi decorrente do reconhecimento de Atualização Monetária (Selic) prevista no Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução.

Nota 05 – Receita da Folha de Benefícios

A Receita da Folha de Benefícios decorre do processo de reconhecimento do direito do segurado que se finaliza com o pagamento do benefício ao segurado.

Os pagamentos são realizados por meio das Instituições Financeiras – IFs contratadas.

Até o exercício financeiro de 2009 o INSS realizava despesa, em torno de R\$ 250 milhões anuais, para disponibilizar aos segurados os pagamentos junto às IFs.

A partir de janeiro de 2010 o INSS inverteu a ótica e as IFs passaram a remunerar o Órgão por cada benefício pago.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Exercício Financeiro 2016

Todo o processo de contratação foi amplamente debatido, por meio de audiências públicas visando melhoria e garantindo a transparência necessária.

Realizou-se, então, o processo licitatório que culminou na anuência e aprovação do modelo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Inicialmente o contrato contemplou somente as novas concessões, assim as IFs remuneravam o INSS estritamente no tocante a valores pagos referentes a benefícios de novas concessões, não englobando o estoque de benefícios.

Em 2011, novo contrato foi assinado com as IFs permitindo a cobrança de tarifas, também, nos pagamentos referentes ao estoque. Dessa forma, a receita da folha, passou a contemplar 100% da folha de benefícios administrado pelo INSS.

A receita arrecadada é contabilizada, conforme os códigos de cada leilão: 20002 (2º Leilão 016/2014), 20029 (1º Leilão nº 07/2009) e 20042 (Estoque). Seguem os valores da arrecadação de 2016 em cada um dos códigos de recolhimento.

Tabela 20 – Receita do leilão por código de pagamento.

R\$

Código	Processo	2016
20029-8	1º Leilão	232.731.700,77
20042-5	Estoque	72.655.896,05
20002-6	2º Leilão	425.361.795,89
TOTAL		730.749.392,71

Fonte: SIAFI e SISGRU

O quadro abaixo demonstra o crescimento da receita anualmente:



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Exercício Financeiro 2016

Gráfico 01 – Quadro Evolutivo da Folha de Benefícios Administrados pelo INSS – 2012 a 2016.

